



PROPOSTA

PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Elaborado por:

Marcos Affonso Ortiz Gomes, PhD

Hugo Ricardo Lamas Diogo, MsC

Historiador e sociólogo

Oceanógrafo

CTF 1.431.602

CTF 87.203



SOMA Soluções em Meio Ambiente Ltda

Revisão 00

Julho de 2010

Índice

1. Contexto geral e base conceitual	1
2. Justificativa	10
3. Área do PEA-OGX	16
4. Dos Objetivos	16
5. Do processo metodológico e estratégia executiva	17
6. Bibliografia	25

Lista de Figura

Figura 1: Confiança, formas de capital social e sua relação para alcançar ações coletivas, segundo (Ostrom & Ahn, 2007).	13
Figura 2: Estrutura que traça temporalmente (de cima para baixo) aspectos importantes da etapa do PEA-OGX para a campanha de perfuração exploratória; o momento de interface entre o PEA na perfuração e produção e o início do PEA para a etapa de produção com destaque para os produtos que subsidiam o início do primeiro ciclo dialógico e educativo.	20
Figura 3: Fluxo do processo dialógico e educativo para um ciclo de tempo previsto de 1.5 a 2 anos.	20

Lista de Tabela

Tabela 1: Três dilemas recorrentes em processos educativos e dialógicos sistematizados por Pruitt & Thomas, (2007) a partir de experiências comunitárias nos continentes centro-americano, africano e sul asiático.....	14
Tabela 2: Relação entre os módulos propostos para o primeiro ciclo dialógico e educativo com as linhas de ação definidas pela Nota Técnica	21
Tabela 3: Cronograma executivo previsto para execução das atividades e módulos para o primeiro ciclo dialógico e educativo do PEA-OGX na Bacia de Campos.	22
Tabela 4: Diálogo entre os pressupostos para PEA segundo IBAMA com enfoque e métodos do PEA-OGX	23

1. Contexto geral e base conceitual

Este Projeto de Educação Ambiental proposto pela empresa OGX (PEA-OGX) encontra-se pautado nas bases legais sobre Educação Ambiental e no referencial pedagógico e metodológico delineado pelo IBAMA¹ de forma articulada as linhas de ação² delineadas para esse tipo de Projeto que se complementam para a promoção de processos educativos voltados ao desenvolvimento e fortalecimento da **gestão ambiental compartilhada**³. Internaliza também o processo, ações e aprendizados gerados pelo PEA iniciado em setembro de 2009 no âmbito da Licença de Operação nº 876/2009, decorrente da atividade de perfuração marítima em cinco blocos inseridos na bacia de Campos sob a responsabilidade da OGX, aprovado e acompanhado pela CGPEG-IBAMA.

Nesse cenário, e considerando a perspectiva da empresa em conduzir projetos de exploração e produção de hidrocarbonetos na Bacia de Campos, a presente proposta de PEA para a etapa de produção apresenta um **formato modular e progressivo** em ciclos de 1,5 a 2 anos. Assim, resgata, valoriza e articula ações e resultados gerados na etapa da licença de perfuração marítima (Licença nº 876/2009) engrenando com estratégias que gerem processos educativos pautados nas linhas de ação definidas pela referida Nota Técnica.

Em suma, a presente proposta representa o PEA da empresa OGX para o período de produção na Bacia de Campos, de forma que cada ciclo será monitorado e avaliado para se desenhar sua sequência, expansão ou redirecionamento a partir dos resultados e aprendizagens que serão gerados ao longo do seu desenvolvimento.

¹ O PEA-OGX está pautado nos documentos “Orientações pedagógicas do IBAMA para elaboração e implementação de Projetos de Educação Ambiental no Licenciamento de Atividades de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural” e “Bases para a Formulação de um Projeto de Educação Ambiental para a Bacia de Campos” (IBAMA, 2005; IBAMA 2006). Considera, também, os fundamentos da Política Nacional de Educação Ambiental, dispostos na Lei nº 9.795/99, e o Decreto nº 4.281/02, que a regulamenta, e mais recentemente a Resolução CONAMA N^o 422 de 23 de março de 2010.

² Segundo Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA N^o 01/10, entende-se por linhas de ação cada uma das frentes de atuação que compõem um Projeto regional. Isoladamente, cada linha de ação deverá resultar em ao menos um projeto de educação ambiental com foco de atuação específico no âmbito do Projeto.

³ Segundo conceito definido pela Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA N^o 01/10.

Ao operar em ciclos de tempo e fluxos dialógicos⁴ que contribuam com o estabelecimento de espaços e condições para que grupos e segmentos sociais em estado de vulnerabilidade participem, de forma qualificada, na prevenção de riscos e danos socioambientais sob um modelo de gestão participativa, espera-se dar condições para conquistas, passo a passo, de conhecimentos, organização social em rede e autonomia socioeconômica e cultural desses grupos, ao mesmo tempo em que evolua a prosperidade da atividade da empresa na região.

No mesmo caminho poderá dialogar e se articular ao longo do tempo com outros Projetos e processos afins na região com vistas a oferecer sinergia, perenidade e racionalidade ao processo educativo acompanhado pela CGPEG-IBAMA.

Dentro desse contexto, é apresentada a base conceitual que fundamenta e norteia a presente proposta de PEA, visando oferecer elementos para sua justificativa e análise:

(i) **Educação Ambiental e Educomunicação:** O enfoque adotado pela CGPEG-IBAMA apresenta um corte para a reflexão da educação vinculada a temática socioambiental. Assim, é uma educação que transforma o espaço da gestão ambiental em espaço pedagógico e procura concretizar na prática da gestão ambiental pública e, em particular, no licenciamento, a efetivação dos princípios que devem reger a Administração Pública Brasileira, segundo o artigo 37 da Constituição Federal (IBAMA, 2005).

O processo educativo a ser deflagrado deve ser crítico, transformador e emancipatório, conforme postulado por Quintas (2009): "**Crítico** na medida em que discute e explicita as contradições do atual modelo de civilização, da relação sociedade-natureza e das relações sociais que ele institui. **Transformador**, porque ao pôr em discussão o caráter do processo civilizatório em curso, acredita na capacidade da humanidade em construir outro futuro a partir da construção de um outro presente e, assim, instituindo novas relações dos seres humanos entre si e com a natureza. É também **emancipatório**, por tomar como valor fundamental da prática educativa a produção da autonomia dos grupos subalternos, oprimidos e excluídos, a superação das assimetrias e, conseqüentemente, a democratização da sociedade."

⁴ Conforme a abordagem do "Diálogo Democrático", o fluxo do processo dialógico compreende: (i) Explorar; (ii) Planejar; (iii) Implementar; (iv) Monitorar e Adaptar (Pruitt & Thomas, 2007).

A base teórica adotada pelo IBAMA segue as linhas mestras da pedagogia *freireana*, no qual o processo educativo constitui-se necessariamente como um ato político no âmbito das comunidades e grupos sociais em estado de vulnerabilidade e pobreza (Freire, 1987; Freire, 1989).

É considerado ainda as diretrizes para conteúdos e procedimentos em ações, projetos, campanhas e programas de informação, comunicação e educação ambiental definidas pela Resolução CONAMA 422. Assim, o conceito de educomunicação se refere ao campo de intervenção social que visa promover o acesso democrático dos cidadãos à produção e à difusão da informação, envolvendo a ação comunicativa no espaço educativo formal ou não formal.

Na Bacia de Campos, a base da ação comunicativa será educativa, assim como a da ação educativa será comunicativa levando o **diálogo** continuado como referência para a troca de saberes como impulso da transformação e emancipação social dos segmentos em estado de vulnerabilidade.

(ii) **Pesca artesanal:** É difícil oferecer uma definição precisa sobre pesca artesanal e, não obstante, não há aparentemente na literatura consenso sobre o que é e significa essa atividade em função de sua dinâmica e diversidade. Béné, *et al* (2007), resgata definição de grupo de trabalho da FAO que sugere descrever o setor com base nas características comuns encontradas na pesca artesanal em diferentes partes do mundo. Assim: *“Pesca artesanal pode ser caracterizada por um setor dinâmico e em evolução empregando mão de obra intensiva nas etapas de captura, processamento e distribuição de recursos pesqueiros. As atividades são conduzidas em tempo integral ou em tempo parcial, ou apenas sazonalmente, integrando com outras atividades de subsistência e econômicas. Tipicamente, os homens são engajados na etapa de captura, confecção de petrechos, carpintaria, mecânica e manutenção, enquanto que as mulheres com o processamento do pescado” (grifo nosso).*

A delimitação proporcionada por esse conceito ajuda a dar sequência a opção social escolhida pelo PEA de exploração da OGX que o focou como prioridade dentre os atores sociais que são mais impactados pela atividade de óleo e gás na Bacia de Campos.

(iii) **Gestão e Governança:** Na literatura de recursos comuns e pesca, a ausência ou ineficiência da gestão foi historicamente assumida como principal motivo de “insustentabilidade” e crise do setor (Feeny, *et al*, 2001; Dias Neto, 2002; Béné, 2003; Paiva, 2004). Quanto à ineficiência, as leituras indicam que o processo de gestão foi centrado na instância governamental e no recurso pesqueiro havendo, nos últimos 20 anos, uma tendência na descentralização baseado nos modelos de gestão participativa⁵ como forma de prover maiores chances de êxito nas intervenções. Todavia, Béné & Neiland (2004) e FAO (2004), avaliam que os processos e resultados de gestão baseadas nas ações coletivas não vem, necessariamente, conferindo empoderamento social e sustentabilidade à pesca⁶. Em seguida, ao realizar análise ampla e estruturada, é identificado que os conceitos de gestão e governança são relacionados mas são exercitadas em níveis diferentes (Béné & Neiland, 2006). Assim, **gestão** se refere ao planejamento e implementação de decisões e ações de acordo com regras definidas fazendo uso de ferramentas de gestão e manejo (ex. recifes artificiais, áreas protegidas, épocas de defeso, etc). **Governança** se refere à partilha de poder e responsabilidade, como se estabelece processos de diálogo para definir objetivos e agenda política e sobre o processo de implementação das ações de gestão, sobre as quais órgãos, instituições e organizações possuam poder de acompanhamento e governabilidade.

A gestão e governança sobre o território marítimo e sobre a ocupação do solo urbano são os maiores desafios a serem enfrentados pela educação na gestão ambiental advinda da atividade de óleo e gás na Bacia de Campos, pois esta atividade disputa o espaço especialmente com a pesca, o turismo e o transporte, gerando especialmente impactos na governabilidade dos atores sociais sobre esses espaços territoriais.

⁵ Os termos gestão participativa, gestão compartilhada, co-gestão, co-manejo encontram, na bibliografia especializada de recursos naturais comuns, uma série de sobreposições conceituais e de propósito. O ponto convergente entre eles se refere ao processo de descentralização do processo de planejamento e tomada de decisão com vistas ao compartilhando de poder e responsabilidades entre os atores envolvidos na atividade.

⁶ Um dos principais motivos relatados diz respeito ao fenômeno da “*elite capture*”, ou seja, os processos de gestão participativa acabam, em grande volume de casos analisados, empoderando líderes, neo-coronéis e sujeitos bem informados que centralizam os benefícios gerados (ex. projetos, recursos financeiros, informação, interlocução) para uso próprio ou de grupos específicos em detrimento da coletividade, aumentando os níveis de assimetria local e não dando conta de promover condições para a governabilidade local e inclusão social.

(iv) **Vulnerabilidade:** O termo vulnerabilidade se refere às relações entre pobreza⁷, risco e esforços para manejar os riscos. Assumindo a abordagem dos *meios de vida sustentáveis*, por meio da qual o ser humano é visto como elemento central do desenvolvimento, a perspectiva da vulnerabilidade foca em como as unidades familiares e sociais fortalecem seus ativos, governam e gerenciam melhor os riscos e tornam-se menos susceptíveis a perdas do bem estar social e, em última instância, à erosão dos estilos e meios locais de vida (Alwang, Siegel, & Jorgensen, 2001). Segundo Chambers (1989), os riscos possuem origem externa e interna⁸ ao grupo social e ambos precisam ser contextualizados coletivamente para viabilizar respostas e mecanismos de enfrentamento.

Na sociedade brasileira de altos índices de desigualdade da repartição dos benefícios econômicos e dos impactos das externalidades do sistema econômico, atuar com os segmentos sociais em estado de vulnerabilidade com a finalidade de inverter essa lógica desigual é condição *sine qua non* para a geração de paz e qualidade de vida para todos. A presença da indústria de óleo e gás na Bacia de Campos, com a sua forma de repartição de riquezas na sua cadeia produtiva e de royalties ao setor público fez crescer a percepção de exclusão e situação em vulnerabilidade dos grupos e segmentos sociais que não participam dessas cadeias de valor na sociedade regional (Gobetti & Serra, 2009).

(v) **Economia Solidária:** Ao contrário da economia convencional do capitalismo assentada na competição desenfreada, a economia solidária pressupõe relações éticas, transparentes e co-responsáveis entre os diversos atores da cadeia produtiva, assim como uma remuneração justa e que contribua para a construção de relações solidárias. Essas relações devem construir uma economia que respeita as diversidades culturais e históricas e que reconheça o valor do conhecimento e das formas organizativas das comunidades tradicionais. Se trata, portanto, de uma economia que cria uma nova ordem de valor nas relações sociais.

⁷ O modelo de pobreza não se restringe apenas a insuficiência de renda, mas a um fenômeno multifacetado no qual a pobreza se expressa como degradação ambiental, baixa representatividade social e política (Béné, 2003).

⁸ Como fontes de risco externas citam-se as mudanças climáticas, desastres ambientais, declínio na abundância de recursos naturais, mudanças em políticas de preços. E como fontes de risco internas os conflitos pelo acesso a ambientes e recursos produtivos (terra, água,) e a precariedade das decisões e ações baseadas em conhecimentos parciais da realidade.

Tem de haver entre quem produz ou gera um serviço e quem consome o produto ou o serviço laços de confiança que acima de tudo atribuam mais valor, especialmente ao trabalho de quem não tem valor na economia convencional e se encontra socialmente em estado de vulnerabilidade⁹. Assim, as dimensões sociais da produção recebem uma valorização que reconhece o conhecimento tradicional como gerador de riqueza para a sociedade, mesmo que para produzir os trabalhadores, pescadores e agricultores tenham também de empregar a força física (França, 2003).

No contexto da Bacia de Campos, este conceito será aplicado para apoiar as ações econômicas dos grupos e segmentos sociais em estado de vulnerabilidade, iniciando-se especialmente pelos pescadores artesanais, de modo que os processos educativos e organizativos do PEA sejam alavancas de movimentação de uma economia solidária que fortaleça a base de ativos materiais e conseqüentemente imateriais a fim de colaborar na superação das assimetrias.

(vi) **Empreendedorismo socioambiental:** O empreendedorismo é fundamentado por um pacto entre partes interessadas que se predispõem à ação que compartilha responsabilidades e riscos. Não há espaço para o assistencialismo e paternalismo como meios dos relacionamentos sociais na ação empreendedora que alimenta processos de aprendizagem e avaliação contínuos. A passividade de um grupo que recebe os resultados da ação de outro grupo ou organização é suplantada das interações pautadas pelo empreendedorismo.

Empreender é um modo de abordagem que ajuda sensibilizar e disseminar a co-responsabilidade juntamente com inovação, aceitação e capacidade de assumir riscos. Também requer prontidão, visão de futuro, conhecimento suficiente, criatividade, e firmeza daqueles que participam dos processos, bem como de suas organizações (Rimoli, *et al*, 2004). Essas características somadas ao processo constante de educação na gestão ambiental promovem medidas sociais em rede de participantes que abarquem conhecimento, decisões, ações e balanços com o cunho promotor da sustentabilidade.

⁹ Até muito recentemente a pesca artesanal permaneceu invisível ao poder público e sociedade para com seu papel e contribuição na produção de alimentos e movimentação econômica. (IBAMA, 2007), constata que a pesca artesanal vem sendo responsável por aproximadamente 65% da produção nacional de pescado, havendo ainda o reconhecimento de subestimativas a partir do cenário de informalidade que vigora neste segmento. Outro ponto de destaque que vem adquirindo significativas evidências se refere ao papel da pesca artesanal como um sistema de redes de benefícios para grupos em estado de vulnerabilidade de forma a aliviar a pobreza (Diegues, 2004; Béné, Macfadyen, & Allison, 2007).

Procurando vencer vícios da cultura assistencialista brasileira ainda mais aprofundada pelo modo de distribuição e aplicação dos recursos dos royalties na Bacia de Campos, a adoção do empreendedorismo socioambiental deve promover novas bases de aplicação dos conhecimentos e recursos que devem compor o PEA de produção da OGX.

(vii) **Diálogo Democrático:** A abordagem do diálogo democrático é tecnicamente sistematizada e organizada enquanto processo social para o desenvolvimento pelas agências IDEA (*International Institute for Democracy and Electoral Assistance*), CIDA (*Canadian International Development Agency*) e PNUD (Projeto das Nações Unidas para o Desenvolvimento) que o definem como um processo de interação genuína nos quais as pessoas se ouvem suficientemente para mudar a partir do que aprenderam. É enfatizado a consideração e o entendimento dos problemas entre indivíduos-atores, mesmo quando o desentendimento persiste. Assim, representa um **ambiente de aprendizado incluindo o papel dos sentimentos tais como confiança, respeito e empatia**, bem como o intercâmbio de idéias e pensamentos como a base para o desenvolvimento do entendimento comum. Três critérios distinguem o diálogo democrático de outros tipos¹⁰, a saber: **(i) propósito** – para direcionar problemas sociais complexos que as instituições existentes não conseguem isoladamente encaminhar adequadamente; **(ii) participantes** – estabelece um microcosmo do sistema que cria o problema e que se torna parte da solução; **(iii) processo** – diálogo aberto e inclusivo, permitindo a **construção de confiança** necessária para alcançar acordos e ações concretas (Pruitt & Thomas, 2007).

As ações setoriais na Bacia de Campos são predominadas por debates e discussões dos setores entre si e entre eles. Esses prismas de interação social são muito ricos e representam um motor do desenvolvimento social e político pelo efeito que interpenetram como conflito. Contudo, são insuficientes para o desenvolvimento da percepção de pertença ao mesmo ambiente também necessária ao processo de gestão ambiental.

¹⁰ A abordagem e o processo de diálogo democrático a partir das experiências ao longo do mundo o distinguem dos processos de negociação, mediação, deliberação e tomada de decisão. Ele passa, portanto, a constituir a base para que tais processos ocorram de forma mais estruturada e coerente com os princípios da democracia participativa (Pruitt & Thomas, 2007).

A perspectiva e ferramentas processuais do diálogo democrático terão a função de promover, apesar das assimetrias e da necessidade que os envolvidos as reconheçam, ações com efeitos para sustentabilidade de um território compartilhado enquanto espécie humana em interação com a natureza. Os diálogos devem, ao menos do ponto de vista de entendimento da realidade, levar a compreender que, na perspectiva ambiental “*estamos todos no mesmo barco*” e que as interferências e impactos entre atores socioeconômicos não acontece apenas de modo direto e indireto pela economia, política e ação social, mas também pela intermediação do ambiente que é portador dos efeitos de cada setor e que possui fontes autônomas de energia para afetar a todos ao mesmo tempo.

Assim, os diálogos democráticos são necessários ao menos para o reconhecimento da pertença socioambiental a um território e essencial para estabelecer base e meios de gestão e governança sobre este.

(viii) Meios de Vida Sustentáveis (MVS): A abordagem dos meios de vida sustentáveis (MVS) é fruto de um processo de evolução e amadurecimento do pensamento, das práticas e métodos com enfoque no combate a pobreza e ao fomento do desenvolvimento local e participativo nos últimos 20 anos. Chambers & Conway (1991) apontam que as aceleradas mudanças no cenário mundial e o aumento das incertezas provocaram a necessidade de transformar o modelo de pensamento que passou a se configurar defeituoso frente as necessidades de desenvolvimento justo e local. Nesse sentido, três modos de pensamento passam a ser revistos: **(i) pensamento da produção** – problemas genericamente definidos como fome, sub-nutrição, malnutrição eram vistos como problemas de produção e produtividade, desconsiderando questões de direitos e conflitos ao uso e acesso a base de recursos naturais associado ao protagonismo sobre a cadeia de produção e alimentos; **(ii) pensamento do emprego** – problemas dos pobres e grupos vulneráveis eram vistos como falta de emprego formal, desconsiderando que as pessoas fazem uso de trabalhos diversos como estratégia de vida; **(iii) pensamento da linha de pobreza** – A pobreza vinha sendo definida em termos da simples continuidade das pessoas “*abaixo da linha da pobreza*”, no qual sua medição era fruto da renda (especialmente salários) ou poder de consumo. Mas a pobreza e o bem estar tem múltiplas dimensões os quais não correspondem apenas com essa medida.

Definitivamente, esses pensamentos e formas de mensurar a pobreza e o bem estar gerados em condições urbanas não se ajustam ou capturam as complexas e diversas realidades das comunidades rurais e tradicionais, representando o fracasso na análise convencional para compreender e identificar as prioridades de comunidades e suas diversas estratégias para estruturar o meio de vida. Desse ponto, os meios de vida passam a consistir nas **capacidades, atividades e recursos** (ativos tanto materiais quanto sociais) necessários para o sustento. Um meio de vida é sustentável quando pode enfrentar e recuperar-se de um estresse ou impacto (**fontes de risco**), mantendo ou expandindo sua capacidade e seus bens, tanto no presente, quanto no futuro, sem prejuízo para os recursos naturais que lhe servem de base (DFID, 1999).

Representa uma abordagem sistêmica, flexível e poderosa quanto a sua aplicação, porém sempre respeitando seus princípios fundamentais, segundo DFID (1999): **(i)** centrada nas pessoas; **(ii)** holística; **(iii)** dinâmica; **(iv)** evolução a partir dos pontos fortes; **(v)** vínculos entre o contexto global e local e; **(vi)** sustentabilidade.

A aplicação do MVS se expandiu em todo o mundo (Carney, *et al* 1999; Campell & Salagrama, 2001; FAO, 2002; Allison, 2003; Brock, 2008; Sheriff, *et al*, 2008; FAO, 2009) gerando, recentemente, processos de avaliação dos resultados e avanços gerados em diferentes contextos sugerindo maior enfoque nas seguintes questões: **(i)** aprofundar a clareza sobre os processos de redução da pobreza; **(ii)** reativar o debate de como a sustentabilidade ambiental pode ser integrada com a redução da pobreza; **(iii)** colocar mais foco sobre as questões de direitos e poder aos grupos locais e; **(iv)** aumentar a sofisticação da análise por parte das comunidades e o entendimento de questões de economia e de mercado (Carney, 2006).

Esse conceito de MVS e alguns de seus métodos associados foram utilizados na execução do PEA OGX da fase de perfuração exploratória e se mostraram muito eficazes para que as comunidades refletissem, compreendessem e validassem os processos de escolhas de projetos realizados pela CGG-Veritas no licenciamento de sísmica acompanhado pela CGPEG-IBAMA.

Nesta proposta de Projeto espera-se tornar mais agudo e espraizar seu uso e suas ferramentas pela eficácia e eficiência que ainda pode trazer ao processo de educação ambiental¹¹. Ele evita os “achismos”, a desinformação e as queixas repetitivas e, às vezes, infundadas na forma como os problemas são explicados aos segmentos e grupos em estado de vulnerabilidade, especialmente suas lideranças com interesses de menor grau de coletividade.

Com a proposta de descer a escala da unidade familiar com as ferramentas do MVS, espera-se, além de gerar uma leitura partilhada sobre a pesca artesanal, estabelecer quais os vínculos existem desse segmento que, por exemplo, perdeu muitos de seus filhos para atuarem em outros setores, mas que não necessariamente os retirou do estado de vulnerabilidade. Dentro dessa perspectiva, aproveitando desse conceito que aborda o que é complexo de modo simples e colocando à luz sobre as responsabilidades de cada parte interessada, espera-se estabelecer um processo que ajude a encontrar as melhores saídas para a exclusão social dentro do processo de educação para a gestão socioambiental da região da Bacia de Campos.

Assim, o PEA proposto está enraizado em uma combinação de conceitos e abordagens emergentes a partir da experimentação, análise e lições aprendidas em ações educativas e promotoras de governança e gestão compartilhada junto a grupos sociais de base em situação de vulnerabilidade e exclusão. Foca, portanto, no estabelecimento de pré-condições que buscam viabilizar na prática o processo, a saber – confiança, continuidade, linguagem e comunicação, valores humanos, abertura à negociação e diálogo.

2. Justificativa

O PEA-OGX para a etapa de produção tem como sujeitos iniciais da ação os grupos sociais pertencentes à atividade da pesca artesanal e de pequena escala. A opção pelos indivíduos, famílias e comunidades pesqueiras artesanais ocorre pela importância na continuidade dos trabalhos no âmbito do PEA para a etapa de perfuração, oferecendo uma lógica dentro de um **processo educativo**.

¹¹ A estrutura do MVS passará a representar importante base para diagnóstico, análises coletivas contínuas, processos de tomada de decisão e monitoramento.

Fundamentalmente essa opção é pelo fato deles constituírem, reconhecidamente, um grupo da sociedade contemporânea em **estado de vulnerabilidade**¹² em todo o mundo, bem como nos municípios situados na região da Bacia de Campos.

Integrando o conceito de pesca artesanal, a leitura oferecida pela abordagem dos meios de vida sustentáveis e levando ainda em consideração observações e diagnósticos gerados em comunidades pesqueiras na Bacia de Campos, especialmente pelo licenciamento ambiental, espera-se continuar um processo inclusivo e educativo na área de abrangência do empreendimento. As ações, contudo, da presente proposta não se restringirão à pesca artesanal, porque esta é exercida, em maior ou menor grau, por membros da família de forma consorciada com outras atividades econômicas. No seio da grande maioria das famílias de pescadores existe uma lógica de manutenção e expansão da base de recursos e ativos como estratégia de sobrevivência e reprodução social.

Essa perspectiva não perde o foco na atividade pesqueira porque esta sofre sistematicamente os impactos diretos do setor de óleo e gás, ao mesmo tempo em que permite também identificar e incluir outros sujeitos sociais em estado de vulnerabilidade dentro de uma estrutura analítica sistêmica a luz da realidade das unidades familiares e de fácil apropriação pelos atores locais.

Segundo IBAMA (2005) a Educação Ambiental se torna eficaz na medida em que possibilite ao **indivíduo perceber-se como sujeito** social capaz de **compreender** a complexidade da relação sociedade-natureza, bem como de **comprometer-se a agir** em prol da **prevenção de riscos e danos socioambientais** causados por intervenções no ambiente físico, natural e construído (**grifo nosso**).

A partir dessa diretriz conceitual, será importante a abordagem com o MVS que ajuda a representar a complexidade das relações entre unidades familiares, que representa a unidade básica da organização comunitária e social, e as bases de recursos e ativos das quais dependem e com as quais se relacionam (Brock, 2008; Carney, 2006). Com estruturas e esquemas didáticos, sob a égide do enfoque participativo combinado ao uso de uma

¹² O estado de vulnerabilidade se inicia e se mantém com uma noção de risco que é caracterizado por conhecidas ou desconhecidas probabilidades de ocorrência de eventos naturais e antrópicos. Os eventos se caracterizam por sua magnitude (incluindo tamanho e dimensão), frequência, duração e sua história.

linguagem adequada, segundo os princípios da *educomunicação*, se estabelecerá condições muito favoráveis para facilitar a percepção e análise para ação por parte dos grupos sociais a partir da sua melhor compreensão do contexto local. Sublinha-se ainda que a abordagem do MVS será com os grupos familiares, a unidade principal de análise e intervenção, de modo amostral e progressivo, permitindo edificar um processo no qual indivíduos, famílias, grupos e comunidade sejam compreendidos enquanto coletividade de forma a promover um processo de baixo para cima (*down-top*).

Todavia, outros elementos são entendidos como condicionantes para o comprometimento e engajamento social mais efetivo em processos socioeducativos, conforme preconizado pelo IBAMA. A partir de décadas de estudos (Ostrom & Ahn, 2007), afirmam que a ação coletiva exige algum nível de capital social que, diante da diversidade e suas formas múltiplas¹³, possui três tipos particularmente importantes nos processos de ação coletiva a fim de elevar seu grau de sucesso: **(i)** credibilidade-confiabilidade; **(ii)** redes sociais; **(iii)** instituições e regras formais e informais.

A figura 01 sintetiza como o exercício do incremento do capital social, representado pelas ações que promovem credibilidade-confiabilidade-respeito, atuação em redes e de práticas organizativas e institucionais entre indivíduos e grupos sociais, promove um cenário de confiança como condição para a ação coletiva, gerando fluxos de benefícios para grupos de indivíduos.

As variáveis de contexto representam fatos, acontecimentos e ações que interferem positiva ou negativamente nos princípios de confiança e, portanto, do direcionamento e potencialidade das ações coletivas. Como exemplo, tem-se conflitos, múltiplas políticas e projetos desarticulados e passíveis de manipulação, marginalização e informalidade social e econômica que diminui a consciência sobre a realidade e afasta pessoas de processos decisórios¹⁴.

¹³ Os autores tratam de duas gerações de teorias sobre ação coletiva, passando a desenvolver a segunda geração a partir de décadas de estudos teóricos e empíricos que resgata certos pontos da primeira geração, bem como refuta outros, de forma a estruturar uma linha consistente de argumentação e de evidências acerca da gestão de recursos comuns. Esse esforço lhes rendeu o prêmio Nobel de Economia, no ano de 2009.

¹⁴ A ocorrência dessas variáveis é identificada nos municípios da Bacia de Campos segundo análise documental e bibliográfica complementada por observações a partir de diagnósticos participativos pela empresa SOMA a serviço da OGX na implementação do PEA para a etapa de perfuração exploratória.

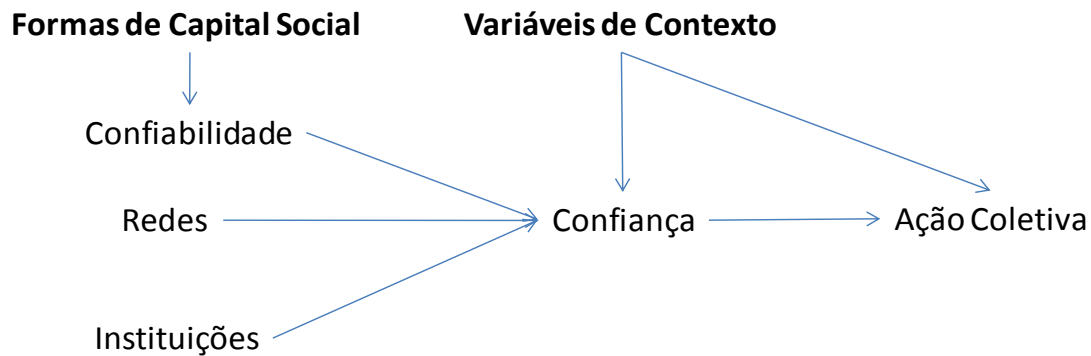


Figura 1: Confiança, formas de capital social e sua relação para alcançar ações coletivas, segundo (Ostrom & Ahn, 2007).

Esse modelo torna-se ilustrativo dentro do contexto e da justificativa do PEA-OGX na Bacia de Campos, onde se estabelecem conflituosas e distorcidas relações entre pescadores e empresas petrolíferas (Lopes, 2004; Bronz, 2005), por um lado, e uma combinação de inexistência e ineficiência de políticas públicas adequadas à pesca artesanal (Dias Neto, 2002; Marrul, 2003; Abdallah & Sumaila, 2007; IBAMA, 2007), por outro lado. Assim, considera-se que os níveis de participação predominantes sejam ainda os níveis de não-participação, ou seja, de “*manipulação*” e/ou de “*falsa escuta*”¹⁵, subpotencializando os resultados para a sociedade e para a gestão ambiental.

Não obstante, é nítida a falta de confiança e a desarticulação entre o setor da pesca e dele com outros segmentos públicos e privados. Prevalece ainda o diálogo e a interlocução focados em líderes locais e presidentes de Colônias e, em alguns casos, de Associações, seguindo modelos padrões de intervenções de cunho comunitário. Infere-se que esses modelos, segundo tipos críticos desenvolvidos por Béné & Neiland (2004) e Pruitt & Thomas (2007), tem gerado implicações tendenciosas, centralizadoras e *elitistas*, contribuindo para mais exclusão e marginalização da base de cidadãos que ficam alheios aos processos de tentativas de governança democrática. Outro efeito nesse sentido diz respeito a desestabilização das unidades familiares.

¹⁵ Segundo níveis e classificações propostos por Arnstein (2002).

Assim, o desinteresse, descrença e falta de motivação e de perspectivas por parte das famílias que compõem a base das comunidades pesqueiras se acentuam nesse quadro. Isso leva a ciclos de interlocução pautadas em lideranças representativas que ocupam e mantêm os espaços de diálogo, aprendizado e negociação com baixa legitimidade na sua base. Como consequência há uma combinação social que pode ser expressa pelo seguinte par de fatos: **(i)** não há pessoas interessadas em disputar, assumir e exercer liderança comunitária; **(ii)** o líder representa a voz, o desejo e as demandas de sua base, assumindo uma postura crescente de centralização e perpetuação.

Ao compreender melhor esse cenário, fruto de um processo histórico, torna-se relevante pontuar os dilemas que se impõem na elaboração e implementação de Projetos dessa natureza, apresentados na tabela 01.

Tabela 1: Três dilemas recorrentes em processos educativos e dialógicos sistematizados por Pruitt & Thomas, (2007) a partir de experiências comunitárias nos continentes centro-americano, africano e sul asiático.

<i>Dilema</i>	<i>Breve Descrição</i>
Resultados tangíveis <i>versus</i> intangíveis	Frequentemente, os Projetos sofrem uma tensão entre a pressão para produzir resultados concretos e a premissa básica das ações educativas e dialógicas no qual a sustentabilidade requer mudanças em níveis mais profundos nas relações sociais e institucionais, modelos mentais, sentimentos e percepções.
Visão de curto prazo <i>versus</i> longo prazo	Esse dilema captura a tensão na necessidade de manter uma perspectiva de longo prazo necessária para que haja tempo de forma que mudanças mais significativas ocorram, enquanto há o senso de urgência para resultados concretos dentro das dificuldades vividas pelos grupos em estado de vulnerabilidade.
Trabalhar com representantes <i>versus</i> ser mais inclusivo.	Esse dilema está basicamente relacionado a estrutura de poder. Assim, a tensão ocorre pela importância de envolver aqueles que detêm o poder, presidentes e líderes segundo a democracia representativa, e a necessidade de envolver aqueles desprovidos de poder no processo decisório sobre como melhorar a situação.

Tais dilemas e tensões são perceptíveis também na região da Bacia de Campos. São compreensíveis a partir do entendimento técnico sobre a ação educativa voltada ao estabelecimento de espaços de governança e gestão ambiental que necessariamente exige tempo para o processo dialógico e pedagógico contínuo com vistas a mudanças comportamentais, tanto por parte dos grupos em estado de vulnerabilidade quanto da parte das empresas que representam a atividade industrial de óleo e gás, por também precisar aprender com esse processo.

Sem se dissociar desse processo de aprendizagem, devem ser também consideradas as necessidades de ações concretas e materiais, geralmente no curto prazo, voltadas ao fortalecimento de ativos e de recursos necessários às estratégias de reprodução social e econômica de famílias e comunidades na região de abrangência do empreendimento.

Não obstante, também vem sendo analisado e recomendado internacionalmente a incorporação da abordagem dos direitos humanos e os esforços em viabilizar os meios de vida das comunidades, construindo resiliência e diminuindo a vulnerabilidade, como ações fundamentais para que os indivíduos, famílias e grupos tenham estrutura para engajar de forma cidadã e consciente em processos voltados a ação política para enfrentamento das fontes de riscos e superação das ameaças a sustentabilidade (Allison, 2003; FAO, 2009). Isso é consonante com a diretriz de fomento ao controle social preconizada pela CGPEG-IBAMA nos documentos já referidos. As ações de ensino-aprendizagem do processo de educação na gestão ambiental e a implantação de projetos estruturantes devem ser associadas aos mecanismos de compartilhamento e fortalecimento de meios de controle social.

A partir dessa linha de argumentação, torna-se relevante destacar que o PEA-OGX para a etapa de perfuração apresenta dois elementos importantes como subsidio a proposta do PEA para a etapa de produção: a) O primeiro são os projetos, como meios e espaços de exercício e aprendizado com relação às ferramentas de gestão e planejamento¹⁶ em torno de algo concreto para o combate a um problema ou ameaça à pesca artesanal e especialmente para o fortalecimento e ampliação da base de ativos que podem ir tirando gradualmente esses grupos do seu estado de vulnerabilidade socioeconômica e cultural; b) O segundo se refere as

¹⁶ Segundo o paradigma sistêmico, o planejamento se refere a um processo educativo, transformador em nível comportamental, pois opera como um mediador entre o conhecimento e a ação de forma a contribuir para a construção de visão coletiva de futuro (Carneiro, 2002).

comissões de gestão formadas em torno desses projetos como embrião para o fortalecimento do capital social uma vez que representa organizações mais amplas e heterogêneas no exercício da governança e gestão, ao mesmo tempo que ampliam a legitimidade da liderança que se alargou para além das instâncias institucionais que representam a categoria¹⁷.

Ambos elementos representam importante linha de base pelos espaços e condições inicialmente estabelecidos e que vem edificando uma relação de confiança¹⁸. Encontram-se situados no nível comunitário e municipal, buscando manter, no primeiro momento, os esforços e, paulatinamente, com o amadurecimento e motivação das comunidades, permitir a abertura de espaços de integração e intercambio intermunicipal e interregional, dialogar com outros projetos de educação na Bacia de Campos respeitando o processo de baixo para cima.

3. Área do PEA-OGX

A área de atuação do PEA-OGX está associada aos municípios da área de influência do empreendimento, a saber: Armação de Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Macaé, São Francisco de Itabapoana, São João da Barra (no Estado do Rio de Janeiro) e Itapemirim (no Estado do Espírito Santo).

4. Dos Objetivos

Objetivo Geral:

- Implementar o Projeto de Educação Ambiental na área de influência do empreendimento da OGX a partir das diretrizes pedagógicas da CGPEG-IBAMA;

¹⁷ As comissões de gestão apresentam composição etária diversificada entre jovens e mais velhos bem como a recorte de gênero com a presença de mulheres que voluntariamente participam do processo educativo para a gestão dos projetos.

¹⁸ Segundo avaliações participativas no âmbito da implementação do PEA-OGX na etapa de perfuração exploratória e sistematizadas nos relatórios técnicos elaborados pela empresa de consultoria SOMA (i) Relatórios de planos de gestão dos projetos; (ii) Relatório de Acompanhamento Implantação dos projetos e da Execução dos Planos de Gestão.

Objetivos Específicos:

- Oferecer continuidade ao processo deflagrado pelo PEA-OGX na etapa de perfuração marítima;
- Promover de forma gradual uma efetiva e qualificada participação dos grupos sociais em estado de vulnerabilidade no processo de governança e gestão ambiental;
- Gerar aprendizado a partir da prática para ser analisado e compartilhado visando o fortalecimento da política de educação ambiental em processos de licenciamento de óleo e gás.

5. Do processo metodológico e estratégia executiva

Como foi introduzido no tópico 01, esta proposta de estratégia modular e progressiva busca estabelecer uma linha de atuação que ofereça continuidade lógica ao longo do tempo, considerando os resultados e demandas geradas ao final de cada ciclo. Módulos de ações socioambientais serão componentes de cada ciclo e, constatado pelo monitoramento participativo, no qual o ciclo sucessor considerará o desenvolvimento do ciclo antecessor, devidamente acompanhado pela CGPEG-IBAMA. Da mesma forma será considerada a dinâmica exploratória da OGX e o diálogo e integração com outros projetos de educação ambiental na Bacia de Campos.

Busca-se, ao ser aprovada com as devidas análises e incorporações que a CGPEG-IBAMA possa vir a fazer, que a presente proposta de PEA OGX para a produção na Bacia de Campos seja composto por ciclos temporais de 1.5 a 2 anos, de forma a ir incorporando novas atividades em formato de **módulos**, progressivamente ao desempenho e avaliação do processo.

Desta forma, a execução do PEA nessa primeira etapa pretende orientar e definir uma agenda de continuidade para um mesmo período de horizonte temporal, e assim continuamente. Isso oferece uma lógica e estrutura cíclica para o PEA, combinando demandas e prioridades de curto prazo¹⁹ *versus* objetivos e ações de médio e longo prazo, de forma a ser construído por

¹⁹ Ressalta-se que a busca por atender e concretizar ações e prioridades de curto prazo está pautado no processo educativo e de transferência de capacidades para que as comunidades tenham mais condições de acessar o conjunto de possibilidades para captação de recursos de origem pública e privada bem como geri-los em prol do fortalecimento da base de ativos (humanos, financeiros, materiais, naturais, sócio-políticos) que passem a dar mais

uma interação entre amadurecimento e conscientização dos grupos sociais com avaliações e orientações por parte da CGPEG-IBAMA.

Para a OGX, essa concepção de proposta torna-se relevante e interessante uma vez que se estabelece uma lógica de processo pautada pelas diretrizes do IBAMA frente à execução dos módulos de ações socioambientais que serão componentes de cada ciclo conforme a linha de ação definida e, eventualmente, a integração de algumas delas quando a realidade exigir transversalidade na abordagem prática.

Do ponto de vista metodológico, é recomendada a continuidade da cesta de metodologias e ferramentas empregadas no âmbito do PEA-OGX para a atividade de perfuração marítima por dois motivos principais: **(i)** terem sido aprovados pela CGPEG-IBAMA e estarem alinhadas às necessidades de metodologias mais adequadas aos desafios impostos por processos afins; **(ii)** estarem sendo bem avaliadas pelos grupos locais quanto à eficiência na transferência de elementos para o aprendizado, a gestão e relacionamentos²⁰.

Todavia, a necessidade de ajustes e incorporação de abordagens, métodos e ferramentas representa um princípio para o processo do PEA-OGX pela equipe técnica responsável.

Com relação à estratégia executiva, as figuras 02 e 03 representam a lógica e as atividades integradas nos módulos discriminados abaixo..

1) A partir da avaliação dos avanços e desafios que vem sendo obtidos na execução do PEA-OGX para a etapa de perfuração exploratória e com base na linha de argumentação apresentada na justificativa do presente documento, a gestão dos projetos em fase de implementação continuará a receber apoio e acompanhamento até que o processo de monitoramento participativo já em curso conclua que sua sustentabilidade tenha sido alcançada. A partir desse momento, de acordo com a dinâmica e resultados do processo será avaliado e identificado novos módulos de educação ambiental para prosseguir com o processo de fortalecimento dos grupos sociais participantes;

resiliência e sustentabilidade ao mesmo tempo em que os motiva e fortalece para perseguir coletivamente objetivos de mais longo prazo.

²⁰ Segundo avaliações participativas no âmbito da implementação do PEA-OGX na etapa de perfuração exploratória e sistematizadas nos relatórios técnicos elaborados pela empresa de consultoria SOMA e submetidos à CGPEG-IBAMA: **(i)** Relatórios de planos de gestão dos projetos; **(ii)** Relatório de Acompanhamento Implantação dos projetos e da Execução dos Planos de Gestão.

- 2) Realização de análise de contexto e vulnerabilidade seguindo abordagem do MVS amostral considerando a unidade familiar da pesca artesanal por município da área de abrangência. Esse enfoque composto por estratégia de campo e junto com as comunidades será direcionado para os municípios onde foi realizada a validação de banco de projetos da CGG-Veritas. Oferecerá elementos e subsídios para estruturar os seguintes produtos: **(i)** uma **agenda para ação política** à luz do objetivo de fortalecimento e inclusão dos grupos sociais no processo de licenciamento e desenvolvimento; **(ii)** demandas e necessidades para **ações formativas** (capacitação, instrumentalização e intercâmbio de experiências²¹) para a educação na gestão ambiental e desenvolvimento integrado local;
- 3) Renovação e ampliação do **monitoramento participativo** das ações estruturantes e de educação ambiental para o PEA desta proposta, já implantado na seqüência do PEA em vigor.

Portanto, segundo a figura 03, há um ciclo de trabalho pautado em mobilização, análise e planejamento, ação e monitoramento intercalado em momentos estratégicos com ações formativas.

²¹As ações de intercâmbios locais, regionais e interregionais buscam ser a base de aprendizado complementar e do fortalecimento de redes sociais para o empreendedorismo socioambiental em economia solidária, bem como de ensino-aprendizagem para controle social.

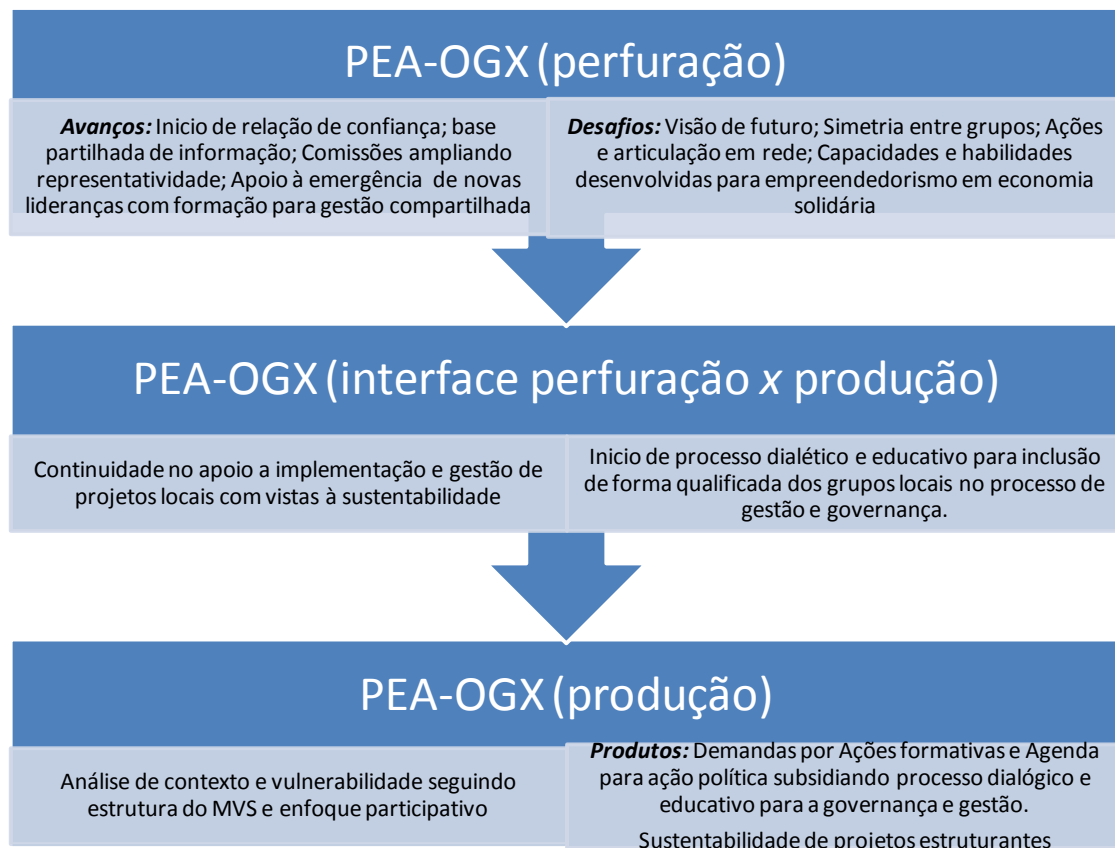


Figura 2: Estrutura que traça temporalmente (de cima para baixo) aspectos importantes da etapa do PEA-OGX para a campanha de perfuração exploratória; o momento de interface entre o PEA na perfuração e produção e o início do PEA para a etapa de produção com destaque para os produtos que subsidiam o início do primeiro ciclo dialógico e educativo.

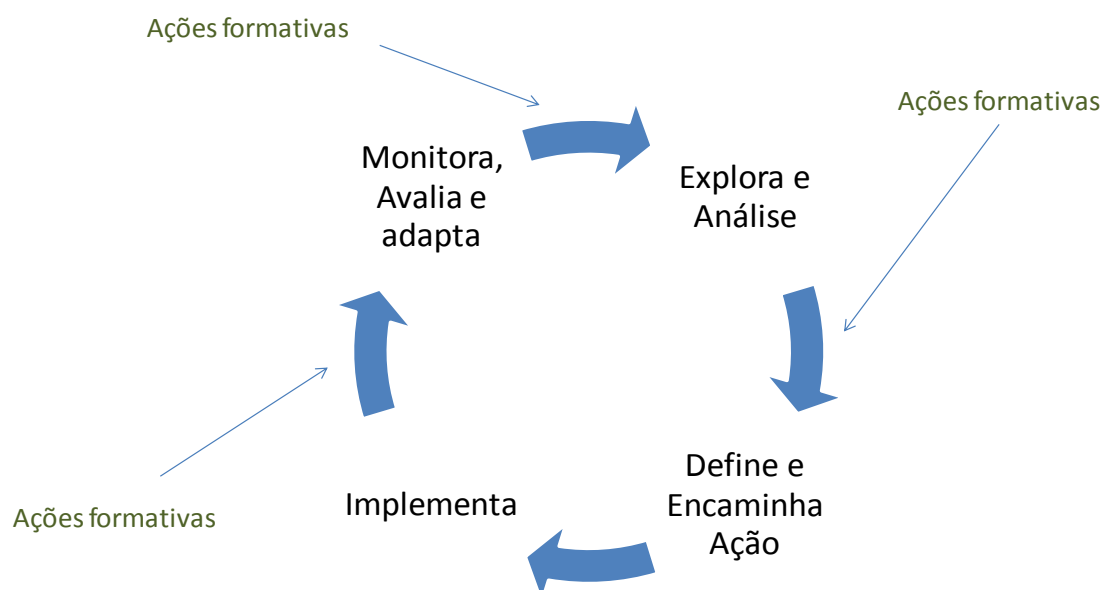


Figura 3: Fluxo do processo dialógico e educativo para um ciclo de tempo previsto de 1.5 a 2 anos.

A tabela 02 relaciona os módulos propostos com as linhas de ação definidas em Nota Técnica pela CGPEG-IBAMA. Importante sublinhar que o processo de elaboração e negociação da agenda para ação política dará maior ou menor foco a uma ou outra linha de ação bem como abordá-las de forma transversal.

Tabela 2: Relação entre os módulos propostos para o primeiro ciclo dialógico e educativo com as linhas de ação definidas pela Nota Técnica

Módulo	Linha de Ação*
1. Continuidade na gestão de projetos locais	A
2. Agenda para ação política e demandas por ações formativas	A, D**
3. Primeiro ciclo dialógico de 1.5 a 2 anos	D**

*As linhas de Ação são: **A**: organização comunitária (processos formativos); **D**: a ser definido pela empresa.

** Será proposta linha de ação considerando o resultado dos diagnósticos participativos.

O momento de elaboração da presente proposta ocorre simultaneamente à discussão pública da Nota Técnica elaborada pela CGPEG-IBAMA no qual são previstos momentos de análise e diálogo entre o setor de óleo e gás e a CGPEG-IBAMA. Assim, contamos com orientações para detalhamento de futuras ações.

A tabela 03 apresenta cronograma geral de execução das atividades e módulos apresentados e justificados para o primeiro ciclo do PEA-OGX.

Tabela 3: Cronograma executivo previsto para execução das atividades e módulos para o primeiro ciclo dialógico e educativo do PEA-OGX na Bacia de Campos.

Módulos/ano	Ano 01												Ano 02											
	M1	M2	M3	M4	M5	M6	M7	M8	M9	M10	M11	M12	M1	M2	M3	M4	M5	M6	M7	M8	M9	M10	M11	M12
Gestão dos projetos locais	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X												
Análise de vulnerabilidade e processo de mobilização	X	X	X	X	X	X																		
Agenda para ação política e ações formativas							X	X																
Primeiro ciclo dialógico e educativo							X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Monitoramento Participativo	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Com ênfase na região da Bacia de Campos, a presente proposta de PEA incorpora os seguintes pressupostos contido no documento base e orientador para Projetos de educação ambiental nessa região geográfica (Tabela 04):

Tabela 4: Diálogo entre os pressupostos para PEA segundo IBAMA com enfoque e métodos do PEA-OGX

<i>PRESSUPOSTOS PARA PROJETOS PEA-BC (IBAMA, 2006)</i>	<i>DIÁLOGO PEA-OGX</i>
<p>Ser construído em conjunto com os grupos sociais direta e indiretamente afetados pelo empreendimento, a partir de suas prioridades, tendo como base os problemas, conflitos e potencialidades ambientais por eles identificados</p>	<p>O PEA-OGX tem por público as famílias e comunidades de pescadores artesanais que se relacionam com outros indivíduos e atividades econômicas em estado de vulnerabilidade. A metodologia participativa foca no envolvimento de homens, mulheres, líderes formais e não formais no processo de geração de informação sobre si mesmos, análise coletiva a partir de um roteiro que considera o contexto de vulnerabilidade e ameaças.</p>
<p>Considerar sua interface com as políticas públicas relacionadas com a problemática sociambiental nas esferas municipal, estadual e federal.</p>	<p>O PEA-OGX para a etapa de perfuração marítima já vem exercitando a interface do processo deflagrado no âmbito do licenciamento com entes e políticas públicas municipais e políticas setoriais da pesca no nível estadual e representantes da esfera federal desde a etapa de planejamento e diagnóstico e, mais recentemente, na etapa de implementação dos projetos.. Assim, o reconhecimento dessa interface faz parte da presente proposta.</p>
<p>Avaliar os resultados dos Projetos de Educação Ambiental implementados anteriormente, decorrentes do licenciamento de empreendimentos na Bacia de Campos, com vistas a um possível aproveitamento de resultados.</p>	<p>Já no PEA-OGX para a etapa de perfuração, foi acessado, estudadas e analisadas as ações desenvolvidas anteriormente nos municípios selecionados visando propor uma abordagem metodológica mais adequada aos processos pretéritos de compensação, em especial os realizados pela CGG e pela Petrobrás. As lições aprendidas e resultados das intervenções passadas foram incorporadas estrategicamente no escopo do presente Projeto. Procura-se o tempo todo valorizar os referendos dados pela CGPEG/IBAMA aos processos pretéritos, facilitando a compreensão dos participantes das outras</p>

	<p>ações e da evolução que cada compensação pode imprimir na qualidade metodológica, nos tipos de processos decisórios, no controle do que foi implantado até então e no desenvolvimento de formas de gestão ambiental que sempre enfatizem as interfaces dos impactos da exploração e produção de óleo e gás e da pesca em geral nas regiões que compartilham os mesmos territórios.</p>
<p>Promover o fortalecimento institucional da gestão ambiental local articulando as diferentes esferas do poder público e a sociedade civil organizada;</p>	<p>A presente proposta busca com o processo de aprendizado e engajamento em torno dos projetos e do diálogo e capacitação em torno da agenda de prioridades oferecer profundidade a essa diretriz.</p>
<p>Prever mecanismos de controle social no que tange à avaliação do processo de execução e de seus resultados.</p>	<p>Foi desenvolvido uma estrutura de avaliação do processo de aprendizagem, de gestão e de relacionamento que considera o olhar das comunidades no âmbito do PEA-OGX na etapa de perfuração exploratória. Esse sistema visa empoderar as comissões de gestão a praticar elementos do controle social, mensurando indicadores e aprendendo a extrapolar essa prática na fiscalização dos entes públicos e nas ações coletivas da comunidade local.</p> <p>Assim, dar-se-á continuidade no aperfeiçoamento de tais mecanismos para a etapa de produção.</p>
<p>Dispor de equipe com experiência comprovada na promoção de ações de educação ambiental com jovens e adultos de grupos sociais diferenciados,</p>	<p>A OGX vem trabalhando com uma equipe técnica multidisciplinar com experiência em co-gestão e ações educativas junto a comunidades extrativistas. Para a etapa de produção, a empresa não medira esforços para manter a qualidade e perfil técnica considerando as habilidades e competências desenvolvidas para facilitar a inclusão social, a análise integrada dos fatores da realidade e de questões socioambientais de alta complexidade.</p>
<p>Utilizar metodologia que tenha caráter processual, crítico, participativo e dialógico.</p>	<p>O primeiro passo para dialogar com essa diretriz se refere à base metodológica aprovada pela CGPEG-IBAMA e que vem sendo aplicada no PEA-OGX para a etapa de perfuração exploratória com resultados</p>

	<p>bastante satisfatórios, como evidenciado pelo relaxamento das pessoas para vencerem seus bloqueios quanto a não dominar assuntos associados ao ensino formal. Pelas avaliações, os participantes têm ressaltado esse aspecto como o maior ganho que o PEA OGX tem trazido às comunidades participantes.</p> <p>Será, portanto mantida o uso de métodos, abordagens e ferramentas consagradas em processos participativos e de desenvolvimento local. Da mesma forma, que a abertura para estudar e adaptar novas metodologias de acordo com os resultados do processo fazem parte do compromisso da OGX.</p>
--	---

Por fim, a presente proposta de PEA foca no processo educativo pelo qual serão gerados resultados tangíveis e intangíveis, materiais e imateriais, contribuindo da forma mais efetiva possível para uma mudança do quadro socioambiental na área de trabalho, qualificar a ação e investimento por parte da empresa e potencializar a política pública de compensação no âmbito do licenciamento de óleo e gás.

6. Bibliografia

Abdallah, P. R., & Sumaila, U. R. (2007). **An historical account of Brazilian public policy on fisheries subsidies.** *Marine Policy* 31 , 444-450.

Allison, E. H. (2003). **Potential applications of a sustainable livelihood approach to management and policy development for european inshore fisheries.** Norwich.

Alwang, J., Siegel, P., & Jorgensen, S. (2001). **Vulnerability: A view from different disciplines.** *Social Protection Discussion Paper Series N 0115* , 1 - 46.

Arnstein, S. 2002. **Uma escada da participação cidadã.** In: Revista da Associação Brasileira para a Promoção da Participação, Porto Alegre, ano 2, n. 2, p. 4-13, Jan 2002.

Béné, C. (2003). **When Fishery Rhymes with Poverty: A First Step Beyond the Old Paradigm on Poverty in Small-Scale Fisheries.** *World Development* , Vol. 31, No. 6, pp. 949–975.

Béné, C., & Neiland, A. (2004). **Empowerment reform, yes...but empowerment of whom? Fisheries decentralization reforms in developing countries: a critical assesement with specific reference to poverty reduction.** *Aquatic Resources, Culture and Development 00(1)* , 1-16.

Béné, C., & Neiland, A. (2006). **From Participation to Governance: a critical review of the concepts of governance, co-management and participation, and their implications in small-scale inland fisheries in developing countries.** Malaysia: World Fish Center.

Béné, C., Macfadyen, G., & Allison, E. H. (2007). **Increasing the contribution of small-scale fisheries to poverty alleviation and food security.** Rome: FAO Fisheries Technical Paper, N 481.

BRASIL, Decreto nº 4281, 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. D.O.U. de 26.06.2002

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, 28 abr. 1999.

Brock, K. (2008). **Implementing a sustainable livelihoods framework for policy-directed research: reflections from practice in Mali.** *Working paper 90* , 23p.

Bronz, D, 2005. **Pesca e Petróleo na Bacia de Campos – RJ: Políticas de Licenciamento Ambiental no Mar – Atores e Visões.** Dissertação de Mestrado – Projeto de Pós Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). 177pp.

CGEAM/IBAMA.2002. **Como o IBAMA exerce a Educação Ambiental.** Brasília:Edições IBAMA.

CGEAM/IBAMA. 2004. **Orientações para apresentação de propostas: plano de trabalho – educação ambiental.** Brasília: (doc. mimeo).

CGEAM/IBAMA. 2005. **Plano de Ação da Coordenação geral de Educação Ambiental: Núcleos de Educação Ambiental das Gerências Executivas-Brasília**: Edições IBAMA.

Campell, J., & Salagrama, V. (2001). *New Approaches to participation in fisheries research*. Rome: FAO.

Carneiro, Z. (2002). **Planejamento: construindo pontes e derrubando a pirâmide - uma abordagem sistêmica e holística**. *PARTICIPE, Ano 2, No 3*, 6-10p.

Carney, D. (2006). *Sustainable Livelihoods Approaches: Progress and Possibilities for Change*. DFID, Toronto, Canada: Finesse Print. 64p.

Carney, D., Drinkwater, M., Rusinow, T., Neefjes, K., Wanmali, S., & Singh, N. (1999). **Livelihoods approaches compared: a brief comparison of the livelihoods approaches of the UK Department for International Development (DFID), CARE, Oxfam and the United Nations development Programme (UNDP)**. *DFID Technical Paper*, 35p.

Chambers, R. (1989). **Editorial Introduction: Vulnerability, Coping and Policy**. *IDS Bulletin 20(2)*, 1-7.

Chambers, R., & Conway, G. (1991). **Sustainable rural livelihoods: practical concepts for the 21st century**. *IDS Discussion Paper 296*, 1-33.

CONAMA, 2010. Resolução N^o 422, de 23 de março de 2010: Estabelece diretrizes para as campanhas, ações, e projetos de Educação Ambiental, conforme Lei N^o 9.795, de 27 de abril de 1999.

Culti, Maria N. **Economia Solidária: Incubadoras universitárias e processo educativo**. Revista PROPOSTA, Publicação da FASE, Jan/Mar – 2007, ano 31, n^o 111.

Dagnino, R.; Fonseca, R. **Economia solidária: incubadoras universitárias, cooperativas e tecnologia: uma definição de papéis.** Xinguara: I Encontro de Fórum e Rede de Empreendedores(as) de Economia Popular e Solidária do Sul do Pará, 20 de julho de 2007.

DFID. (1999). **Manual de Orientação sobre Meios de Vida Sustentáveis.** *Ministério para o Desenvolvimento Internacional*, 89p.

Dias Neto, J. (2002). **Gestão do uso dos recursos pesqueiros marinhos no Brasil.** Brasília: Dissertação de Mestrado- Centro de Desenvolvimento Sustentável. 164p.

Diegues, A. C. (2004 b). **A pesca construindo sociedades: leituras em antropologia marítima e pesqueira.** São Paulo: NUPAUB/USP.

FAO. (2009). **Best practices to support and improve the livelihoods of small-scale fisheries and aquaculture household.** Manila, Philippines: APFIC/FAO regional consultative workshop. 60p.

FAO. (2004). **Overcoming factors of unsustainability and overexploitation in fisheries: selected papers on issues and approaches.** *FAO Fisheries Report No. 782*, 352p.

FAO. (2002). **Promoting the Contribution of the Sustainable Livelihoods Approach and the Code of Conduct for Responsible Fisheries in Poverty Alleviation.** *FAO Fisheries Report No. 678*, 35p.

Feeny, D., Berkes, F., McCay, B. J., & Acheson, J. M. (2001). **A Tragédia dos Comuns: Vinte e dois anos depois.** In A. C. Diegues, & A. d. Moreira, *Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum* (pp. 17-42). São Paulo: NUPAUB/USP.

França, Cassio L. (org.) **Comércio ético e solidário no Brasil.** São Paulo: Fundação Friedrich Ebert/ILDES, dez., 2003.

Freire, P. **Pedagogia do Oprimido.** 18ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Freire, P. (1989). ***A importância do ato de ler: em três artigos que se completam.*** São Paulo: Cortez, 23 edição. .

Gobetti, S. W., & Serra, R. V. (2009). **Uma abordagem crítica da distribuição e aplicação dos royalties no Brasil.** In M. B. (org), *O pagamento por serviços ambientais: o mercado de carbono promove a inclusão social?* (pp. 73-101). Goiania: Ed. da UCG.

IBAMA. (2007). **Diagnóstico biológico-pesqueiro da pesca artesanal estuarina e marinha no Brasil - Considerações metodológicas e limitações dos dados.** In *Nas redes da pesca artesanal* (pp. 273-279). Brasília.

IBAMA. (2005). **Orientações Pedagógicas do IBAMA para elaboração e implementação de Projetos de Educação Ambiental no Licenciamento de Atividades de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural .** 17p.

IBAMA. 1997. ***Diretrizes para Operacionalização do Projeto Nacional de Educação Ambiental.*** Brasília: Edições IBAMA. Série Meio Ambiente em Debate nº 9.

IBAMA/CGPEG, 2006. **Bases para a Formulação de um Projeto de Educação Ambiental para a Bacia de Campos.** Rio de Janeiro, s/d.

IBAMA. Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA Nº 01/102010, referente aos Projetos de Educação Ambiental.

Lopes, F. C, 2004. **O Conflito entre a exploração *offshore* de petróleo e a atividade pesqueira artesanal.** Monografia de Bacharelado – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). 57pp.

Marrul, S. F. (2003). ***Crise e sustentabilidade no uso dos recursos pesqueiros***. Brasília: IBAMA. 148p.

Ostrom, E., & Ahn, T. (2007). **The meaning of social capital and its link to collective action**. *Workshop in Political Theory and Policy Analysis* , 34p.

Paiva, M. P. (2004). ***Administração Pesqueira no Brasil***. Rio de Janeiro: Interciência.

Pruitt, B., & Thomas, P. (2007). ***Democratic Dialogue - A Handbook for Practitioners***. Washington: Trydells Tryckeri AB.

Quintas, J.S. 2009 **Os dez anos da Política Nacional de Educação Ambiental e de sua implementação na esfera da gestão ambiental federal.** Texto apresentado no Seminário “10 anos da Política Nacional de Educação Ambiental: Avanços e necessidades em busca da edificação de uma sociedade sustentável”, promovido pelo GT de EA da Frente Parlamentar Ambientalista do Congresso Nacional, em conjunto com a Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental/MMA, nos dias 27 e 28/04/09, no Senado Federal/Brasília-DF (mimeo)

Rimoli, C.A., Andreassi, T., Gouvêa, R., Zanatta, J. B. **Reflexões sobre Empreendedorismo: Estudo de Casos de Empresas de Sucesso e Insucesso.** In: Anais do XXVIII Encontro Nacional dos Projetos de Pós-Graduação em Administração, Curitiba, 2004.

Sheriff, N., Little, D. C., & Tantikamton, K. (2008). **Aquacultura and the poor - Is the culture of high-value fish a viable livelihood option of the poor?** *Marine Policy* , 1094-1102.

Silva, T.N.; Pedrozo, E.A.; Estivaleta, V. F.B., Schultz,G. **Empreendedorismo social, produção orgânica, segurança alimentar e comércio justo: uma discussão sob o prisma do capital social e da confiança.** São Paulo: FEA/USP, IX SEMEAD – Administração no Contexto Internacional, Seminários em Administração, 10 a 11/08/2006. <http://www.ead.fea.usp.br/Semead>. Acesso em 15/06/10.